

Pescas: negociações com Espanha só depois de acordo com a CEE

«O RECOMEÇO das negociações entre Portugal e Espanha na área das pescas nunca será feito antes do próximo mês de Maio», segundo uma fonte da Secretaria de Estado das Pescas (SEP), que acrescentou ao EXPRESSO que o Governo português está neste momento interessado «em esperar pela conclusão das negociações do 'dossier' pescas com a CEE, a concretizar-se, na melhor das hipóteses, durante aquele mês».

De facto, o encerramento do «dossier» pescas levará à definição dos direitos históricos no Mar Territorial português (das 200 às 12 milhas) e das quotas de

pesca na Zona Económica Exclusiva (das 12 às 200 milhas), com base na prática de pesca que as embarcações espanholas aí tiverem no momento da adesão do nosso país à Comunidade Europeia.

Nesta perspectiva, as licenças de pesca concedidas a barcos espanhóis em resultado de qualquer acordo, serviriam para definir os direitos que a Espanha teria sobre as águas portuguesas pelo menos por um período de 13 anos.

Esta foi talvez a razão principal que levou o Conselho de Ministros da semana passada, a suspender as negociações com o país vizinho,

decisão para a qual também contribuiu, segundo as mesmas fontes da SEP, a constatação de que as propostas espanholas apresentadas na sequência da Cimeira Ibérica de Novembro de 1983 eram «exactamente iguais às anteriores», pois os espanhóis «continuam a insistir na concessão de licenças para a pesca do lagostim, pretendendo ainda 34 licenças de arrasto para a ZEE» (quando Portugal só concede um máximo de 10 e apenas a Norte do Cabo da Roca).

As declarações «pouco hábeis e oportunas» do secretário de Estado das Pescas espanhol, Miguel

Olivier (em Madrid) e a constatação de que seria vantajoso para Portugal conseguir antes de mais um acordo com a Espanha na área comercial «convenceram» definitivamente o Governo português a suspender as negociações.

Declarações para «consumo interno»

Entretanto, uma fonte do Ministério do Mar declarou ao EXPRESSO que as mais recentes afirmações de Miguel Olivier à ANOP em Madrid (divulgadas no dia 3 de Fevereiro), exigindo uma explicação sobre as posições toma-

das pelo Governo português, destinam-se fundamentalmente «a consumo interno» dos próprios espanhóis, em especial armadores e sindicatos de pescadores, constituindo também «uma certa forma de pressão sobre Portugal».

«O Ministério do Mar tem o nosso inteiro apoio desde que actue de modo a reservar as águas portuguesas a barcos portugueses», afirma por sua vez um responsável de uma das sete associações de armadores existentes no nosso país, acrescentando que «a Resolução do Conselho de Ministros de 3/2/84 é bastante positiva».

